

MULHER MULHERES



CARMEN BARROSO
ALBERTINA OLIVEIRA COSTA
organizadoras

 CORTEZ
EDITORA



FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

SUMARIO

Introdução	7
Lutas ilusórias: A mulher na política operária na Primeira República	17
Maria Valéria J. Pena e Elça M. Lima	
Maria Lacerda de Moura — imagem e reflexo	35
Miriam Lifchittz M. Leite	
A musa popular brasileira	55
Elicane Robert Moraes	
A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio?	73
Elizabeth K. C. de Magalhães e Sônia Maria Giacomini	
O "uso" de trabalho da mulher na indústria do vestuário	89
Cheywa R. Spindel	
O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio	115
Amélia Rosa Sá B. Teixeira, Ana Clara T. Ribeiro, Filippina Chinelli e Roseli Elias	
Sobre as autoras	134

INTRODUÇÃO

**Albertina de Oliveira Costa e
Carmen Barroso**

Esta é uma coletânea de estudos sobre a mulher, campo do saber imprecisamente demarcado e vagamente reconhecido, um recorte novo visando recuperar a presença das mulheres na História e no mundo social — a exclusão finalmente constatada e registrada — e suplantar a perspectiva sexualmente enviesada das ciências humanas que obscurecem a construção social da identidade de gênero.

Este livro reúne artigos escritos em 1981, baseados nos resultados de algumas das pesquisas selecionadas pela Fundação Carlos Chagas, no concurso financiado pela Fundação Ford. Cada artigo fala por si. Nada menos sistemático do que esta coletânea.

Assim, o acaso de um concurso reuniu os artigos aqui apresentados, o que empresta ao todo um ar festivo de miscelânea. Este livro apresenta um conjunto de estudos perfeitamente contextualizados que dialogam entre si num jogo sutil de complementaridades e contrapontos e que, a partir da literatura científica existente, levantam questões que cabe continuar investigando.

Esses artigos trazem, no entanto, algumas afinidades. Há uma marca comum: a de um visível prazer que sua feitura trouxe a seus autores. Prazer que parece ter sua origem no fato de que na raiz destes projetos está um desejo de mudança fundamentando o impulso para a reflexão e o conhecimento. Em seu conjunto, refletem, para além das eventuais modas em ciências sociais, características do estágio em que a área de pesquisa sobre a mulher se encontra no Brasil no início dos anos 80, suas conquistas e seus estrangulamentos.

O tema mulher vai adquirindo grande visibilidade e vai sendo introduzido em novos espaços. O objetivo para caracterizar o volume da produção nesta área de pesquisa depende de um exercício clássico de psicologia da forma, varia de acordo com a perspectiva: é considerável se compararmos com o início da década de setenta, quando apenas dois trabalhos de fôlego se encontravam disponíveis (Saffioti, 1967 e Blay, 1972), e reduzido quando comparado à produção corrente nas diversas áreas das ciências humanas¹. Talvez o termo empregado acima — visibilidade — ajude na compreensão da situação. É um tema que foi retirado da invisibilidade total em que se encontrava. E essa passagem aparentemente simples requereu grandes doses de esforço, dedicação e combatividade, absorvendo uma razoável quantidade de tempo das pessoas que nela se empenharam.

Trazida à visibilidade, a mulher como tema foi adquirindo suas cartas de nobreza e não mais é objeto de simples recusa. A pertinência teórica da questão já não está mais em debate. Nos manuais de introdução às ciências sociais vai-se tornando possível encontrar o "androcentrismo" enumerado como um dos possíveis vícios de abordagem; a denúncia do viés masculino na produção científica pelo movimento feminista vai sendo devidamente incorporada pelo acervo de regras do procedimento científico desejável.

O mais visível traço de união entre os artigos aqui apresentados é o fato de constituírem uma segunda geração de pesquisas que hoje pode se beneficiar de uma tradição acumulada pelos estudos sobre a mulher (a nível nacional e internacional). Não há mais necessidade de arrombar portas escancaradas. A tarefa foi aliviada mas novas responsabilidades foram acrescentadas. Se por um lado não há mais necessidade dos estudos ficarem adstritos à demonstração do significado da variável sexo, por outro lado já não é suficiente se ater à análise do desempenho desta. Os pesquisadores têm a segurança de um ponto de partida legítimo, não partem sem cartas de navegação e diário de bordo alheios, têm a possibilidade de explorar detalhes porque possuem portulanos, mas ao explorar esses detalhes ou pontos imprecisos vão-se dando conta da dimensão das complexidades que ainda escondem e que falta explicar.

Mas se uma das travas mestras deste volume é o tema, outra é o caráter científico. A necessidade e a originalidade de se encarar as mulheres como grupo social oprimido foi postulada e

1. Um indicador preciso é o número de teses sobre o assunto registradas no Banco de teses até 1981. Para um total de 1.155 teses em Ciências Humanas, referem-se à mulher apenas 20 (sendo 6 de Sociologia, 5 de Antropologia, 4 de Psicologia, 2 de Educação, 2 de Direito e 1 de Ciência Política).

reivindicada pelas militantes do novo movimento feminista. Mas, se a pertença a uma coletividade de experiência e destino permitiu o desvendar da presença de mulheres no mundo social e na história e desmistificar um viés masculino na abordagem científica dos fenômenos sociais, hoje o ganho é patrimônio comum incorporado e o vivido do sexo não pode mais se erigir em critério de avaliação científica ².

A presença do movimento social na origem como detonador de um interesse científico não sexista e sua contribuição indireta para a institucionalização de uma área interdisciplinar de estudos sobre a mulher talvez possibilitem um vaivém entre academia e militância num movimento mais profícuo do que o observável em outras áreas em que mútuas contribuições são reconhecidas tardiamente e a contragosto. É igualmente possível que essa ligação mais íntima só seja viável porque este setor é marginal (aqui ainda não chegou à universidade) e que ao conquistar respeitabilidade seja "recuperado" e possibilite "fazer carreira às nossas custas", como denunciavam as feministas, fato esse que se inscreve na lógica mesma da história da institucionalização das ciências sociais.

As exigências da prática científica são diferentes das da prática militante. Aqui nos movemos no terreno dos estudos e somos obrigados a valorizar não o sexo dos autores ou suas convicções, que estão longe de ser monocórdias, mas o rigor do procedimento, a qualidade do acabamento e a maestria no domínio das ferramentas da disciplina, a adequação entre meios e fins, a contribuição para a disciplina de origem. A literatura centrada no relato de experiências de vida e as pesquisas tão-somente descritivas já atingiram seus limites; as primeiras, no sentido ambíguo de primeiras realizadas ou das primeiras com que o leitor toma contato, são de grande impacto, mas com o proliferar das descrições de experiências elas vão se tornando repetitivas e monótonas. Se o discurso sobre a mulher se restringir a relatos pormenorizados, bem-humorados ou não, logrará um resultado contraditório com a pedagogia que tem por objetivo. Momento militante e momento científico, embora articuláveis, têm seus limites formais próprios.

Alguns autores de inspiração marxista, ao fazerem a crítica da literatura etnográfica meramente descritiva, postulam a necessidade da elaboração de uma teoria da opressão da mulher, uma

2. É interessante notar que a participação dos homens foi de 14% no total dos projetos apresentados ao concurso. Essa presença relativamente pequena dos homens pode ser considerada como mais um indicador de quão demorado é o processo de legitimação dos estudos sobre a mulher na comunidade científica. Mas o atual retraimento, comparado com o quase monopólio passado, pode também ser lido como receio de impor uma ótica masculina à análise de questões que interessam mais vitalmente à mulher.

vez que os quadros conceituais do marxismo não dão conta da questão e que não se trata apenas de acrescentar algo, mas de reformular a teoria. Mas não é só da opressão das mulheres que o marxismo não dá conta, nem é só o marxismo que falha em explicar a assimetria na identidade social masculina e feminina. O momento é de crise das teorias e a abundância de literatura que não ousa ser mais do que etnográfica, num sentido restritivo, não está circunscrita ao campo de estudos sobre a mulher.

Há muito som e fúria em torno do tema mulher. Atravessamos um período especialmente tagarela sobre o assunto. Porém, a institucionalização de uma área de estudos sobre a mulher ainda é um trunfo pelo qual se luta. E o som e a fúria fazem descer um véu sobre a inexistência desse lugar de pesquisa.

Os lugares e os espaços acabam por modelar uma fisionomia. A inexistência de um espaço interdisciplinar institucional próprio de estudos sobre a mulher na universidade brasileira está gravada na produção sobre a matéria tanto no modo restritivo como em inesperadas ressonâncias positivas.

Na verdade, seria exagero afirmar que no Brasil ainda não existem espaços para o desenvolvimento do trabalho científico sobre a mulher; eles foram duramente conquistados, mas seus contornos são difíceis de definir, envoltos que estão numa aura de fragilidade e precariedade. É bem mais fácil verificar que ainda não existe uma institucionalização acadêmica, a nível de graduação ou de pós-graduação, e a falta que ela nos faz. Existem iniciativas; cursos nas mais diferentes áreas científicas e nos mais diversos estabelecimentos de ensino que respondem a preocupações atuais dos professores que deles estão encarregados; reuniões de especialistas, seja em mesas em todas as mais importantes reuniões científicas do país, seja em reuniões especificamente dedicadas ao tema. Porém, menos que em lugares, espaços institucionais, os estudos sobre a mulher se ancoram nos ombros de especialistas, que com o seu prestígio pessoal e escorados por um movimento social mais amplo vão conseguindo ocupar espaços nas instituições em que trabalham.

Esse fato não impede que trabalhos de qualidade sejam realizados, mas talvez influa na escolha das modalidades da investigação, fazendo a balança pender para os estudos qualitativos e de pequena escala, artesanais, em detrimento dos **surveys**, dos métodos quantitativos que exigem investimentos de outra ordem.

Não se trata de avaliar os méritos dos métodos qualitativos, preciosos para o exame do detalhe, permitindo profundidade de perspectiva e uma grande riqueza na análise e contribuindo para a renovação de paradigmas científicos ao desvendar parcelas do real inatingíveis por outros meios. Porém, apesar de seu valor de resgate ser inestimável, é indispensável que sua utilização possa

ser combinada com metodologia mais ortodoxa, reconhecidamente mais cara. Para tanto seria necessária uma alteração da política, ou melhor, da ausência de política nessa área, por parte dos órgãos estatais que têm financiado a ciência no país, mas até agora todas as tentativas de criação de um programa de estímulo especial revelaram-se totalmente infrutíferas. Esta não institucionalização tem como corolário um tipo de acesso a financiamentos que por sua vez interfere na feição da pesquisa.

Nesse panorama os concursos que a Fundação Carlos Chagas promove fazem figura de exceção. É o único programa de financiamento de pesquisas sobre a mulher no país, uma experiência também inédita na América Latina. Coordenado por uma comissão de pesquisadoras de diversas instituições e regiões do país, o concurso foi lançado pela primeira vez em 1978 e repetido em 1980 e 1982. Aberto a qualquer área acadêmica, e sem exigir titulação universitária ou filiação institucional, o concurso tem atraído um número extraordinário de projetos³, de pesquisadores de todas as regiões do país, embora 3/4 estejam no eixo Rio-São Paulo, refletindo a forte tendência concentradora de toda a cultura nacional.

Se o afluxo de concorrentes pode ser lido como um indicador da inexistência de outras fontes de financiamento, é indicativo também da vitalidade do interesse pela situação da mulher no Brasil.

A exclusividade desse espaço institucional gera efeitos inesperados; o concurso acaba por ter a função de financiar sonhos, projetos com **P** maiúsculo, aqueles que envolvem um alto grau de investimento pessoal, envolvimento emocional, aqueles que a gente paga pra fazer, que faz com garra. O concurso abre um espaço único: a possibilidade de um momento de conciliação entre interesse e profissão para todos aqueles que são obrigados a conviver com a dilaceração causada pela ausência de um lugar para o estudo sobre a mulher.

A flexibilidade e a abertura do concurso constituem estímulo à criatividade e à desmistificação do cientificismo, tanto em seus aspectos ideológicos quanto na solidificação institucional e em suas reservas de domínio do saber legítimo. Mas, para "não jogar fora o bebê com a água do banho", é necessário que, ao combater a ideologia cientificista, se preserve a ciência; e que a possibilidade de criação cumulativa de um corpo vivo de conhecimentos não seja obscurecida pela esclerose das torres de marfim em que se encastela o saber certificado e certificador.

3. No primeiro, foram apresentados 127, no segundo 132, no terceiro 138. Projetos financiados no primeiro concurso estão reunidos nos volumes **Vivência e Trabalhadoras do Brasil**, publicados pela Editora Brasiliense.

Os estudos sobre a mulher apresentam um desafio aos velhos paradigmas científicos que não têm suficiente flexibilidade para incluir os problemas originados da situação específica da mulher na sociedade. Este desafio pode representar uma contribuição importante para a revitalização de disciplinas dominadas por rígidos modelos. Entretanto, enfrentamos um paradoxo, porque para poder instilar novas idéias na comunidade acadêmica tradicional é necessário acumular um corpo respeitável de conhecimentos e esta respeitabilidade geralmente é adquirida através das próprias práticas necessitadas de mudança.

A qualificação acadêmica do pesquisador em termos de títulos universitários é uma indicação clara deste paradoxo. Na seleção do primeiro concurso, o grau acadêmico do candidato não teve praticamente nenhuma influência: a distribuição dos selecionados é praticamente idêntica à do total de candidatos. No segundo concurso, houve entre os selecionados uma representação proporcionalmente maior de indivíduos com menor qualificação acadêmica.

Se este fato foge completamente às normas das instituições acadêmicas, nota-se ainda a influência dessas mesmas normas no fato de que 89% dos selecionados possuíam títulos de graduação ou a eles estavam se candidatando. De fato, o concurso não pretendeu eliminar essa influência, uma vez que é nestas instituições que a pesquisa tem sido realizada. Pelo contrário, o que se pretendeu foi a sua renovação, especialmente com a integração em forças de mudança social. E isto parece ter sido conseguido, pelo menos em parte, pelo que se pode observar, tanto pelas temáticas e abordagens escolhidas, quanto pela vinculação direta de vários dos pesquisadores a movimentos sociais emergentes.

Embora, em última análise, o concurso tenha objetivos altamente ambiciosos — de contribuir tanto para a legitimação da pesquisa sobre a mulher, dentro das diferentes disciplinas científicas, quanto para quebrar rígidos padrões normativos de ciência — na verdade, não pode pretender mais que o modesto papel de catalisador.

A verba máxima para cada projeto é reduzida e a duração do financiamento limitada. A Fundação Carlos Chagas, através destes concursos, só pode financiar algumas pesquisas de âmbito reduzido ou fatias de pesquisas maiores e isso durante um curto espaço de tempo, sendo a possibilidade de uma continuidade uma hipótese remota. Verba pequena, duração limitada, descontinuidade são os parâmetros oferecidos. Não se pode contar exclusivamente com esses concursos para lastrear uma área de conhecimento científico.

A inexistência de exigências de vínculos a instituições possibilitou o aparecimento de projetos de pessoas nas mais variadas

situações de trabalho: ao lado de professores titulares, em altas posições em universidades de renome, pessoas sem qualquer vínculo empregatício.

A grande afluência ao concurso explica-se, em parte, pela difícil situação enfrentada pelos profissionais no mercado de trabalho, fato que não invalida a existência de um genuíno interesse entre os pesquisadores pelo estudo da situação da mulher. Talvez a questão seja melhor formulada com uma inversão de termos: as pessoas interessadas em transformações sociais em geral, e na questão da mulher em particular, não estão encontrando oportunidade de trabalho em que possam atuar em função desse interesse ou, pelo menos, em que possam conciliá-lo com uma atuação voluntária nessa direção.

Essa descontinuidade que ronda a pesquisa sobre a mulher tem efeitos nocivos; se na experiência individual resulta em dilaceramento pessoal, esquizofrenia, para o desenvolvimento da disciplina resulta em efeitos cumulativos e multiplicadores da atividade de pesquisa mais reduzidos. Apesar da corrida de obstáculos, excelentes trabalhos foram produzidos.

Os artigos aqui reunidos são não apenas trabalho de qualidade num terreno ainda hesitante, num terreno "café com leite" de estudos sobre a mulher, mas são estudos que trazem contribuições para as disciplinas em que se originam.

Nada mais morno que o elogio de um trabalho que diz dele apenas que abordou "uma realidade ainda não estudada entre nós". O critério do desbravamento do terreno já não pode ser por si só um mérito. Falar do que ainda não se falou pode ser uma tática de carreira acadêmica, mas resulta num interesse restrito. É necessário que a abordagem do "novo" traga alguma luz também nova, que por exemplo inverta a relação figura e fundo no quadro ou mais simplesmente que realce alguma relação que passara despercebida.

Os artigos aqui reunidos aspiram a diálogos mais amplos.

Convém que nós pesquisadores da área de estudos sobre a mulher não nos deixemos fechar e não nos isolemos num gueto. Se existe uma tendência à crescente especialização nas ciências humanas, não podemos cair numa compartimentalização que víhamos denunciando como arbitrária, não podemos tomar como parâmetros de referência apenas a produção realizada sob a etiqueta de estudos sobre a mulher. É necessário que haja um diálogo com toda a produção das áreas das ciências humanas. É preciso que se enfrentem as questões que estão postas a todos (e a crise da teoria é um exemplo). Não é possível pensar em desenvolvimento da ciência dentro de limites artificiais de um viveiro.

Mas o gueto também nos é imposto. A crítica de toda uma produção como enviesada desde o ponto de partida deveria levar a uma reformulação das diferentes disciplinas. As descobertas realizadas em uma área, no caso a de estudos sobre a mulher, deveriam ser incorporadas não só ao acervo comum mas também à nova produção que vier a ser realizada. Ora, esse não parece ser o caso. E o mecanismo é um tanto misterioso. Assim se reconhece a importância, se oferece espaço, não se invalida a contribuição, mas se continua a produzir como sempre se produziu — a área "ao lado" não nos diz respeito e a segregação de fato se mantém.

Reunidos por um concurso e interligados por condicionamentos externos do tempo e do contexto intelectual em que foram produzidos, os artigos dessa coletânea, apesar de suas autoras ocuparem posições muito diferenciadas no ciclo de vida profissional, mantêm entre si afinidades eletivas, o que permite ao leitor retirar da miscelânea um gosto prazenteiro de contraponto de sabores.

A gama dos assuntos é variada e vai das escravas-amas-de-leite à imagem da mulher/musa da música popular brasileira, passando pelas operárias a domicílio da indústria têxtil, pelas militantes do movimento operário no começo do século e pela figura de Maria Lacerda Moura.

Em "A escrava-ama-de-leite: anjo ou demônio", Sonia Giacomini e Elizabeth Magalhães, a partir do exame de anúncios em jornal sobre a venda e aluguel de escravas e suas crias, trazem pistas importantes para o conhecimento da história do modo de reprodução da família brasileira. Miriam Moreira Leite, em "Maria Lacerda Moura, imagem e reflexo", recupera a trajetória desta escritora briguenta e sugere as razões que podem ter contribuído para seu esquecimento.

Maria Valéria Junho Pena e Elça Mendonça Lima mostram como a conquista de uma legislação protecionista para o trabalho feminino redundou na proteção de um segmento do mercado de trabalho para os homens e analisam como a classe trabalhadora na Primeira República, além de ser dividida, se auto-representa como dividida ao longo da linha sexual. Essas autoras apontam para o papel central da família e do trabalho doméstico na compreensão da ilusoriedade das lutas políticas das operárias.

Cheywa Spindel e o grupo Casa e Fábrica (Amélia Rosa S. Barreto Teixeira, Ana Clara Torres Ribeiro, Filippina Chinelli, Roseli Elias), sob prismas diferentes e com metodologias opostas, debruçam-se sobre as operárias têxteis a domicílio e produzem dois trabalhos que se complementam. O conceito de operária externa de fábrica proposto por Barreto Teixeira et alii é incorporado por Spindel em "O uso do trabalho da mulher na indústria do vestuário", onde investiga a hipótese de que a capacidade do capital

industrial, no ramo do vestuário, de manter altas taxas de excedente bruto, deve-se mais a sua inventividade em manter elevada sua capacidade de extrair mais-valia absoluta da mão-de-obra feminina do que a qualquer outro fator. Em "O trabalho e trabalhadora têxtil a domicílio", Amélia Rosa Barreto Teixeira, Ana Clara Torres Ribeiro, Filippina Chinelli e Roseli Elias por sua vez se voltam para as operárias, suas práticas, táticas, representações e demonstram como a identidade mulher das operárias é que viabiliza a existência da categoria de trabalho fabril a domicílio.

Finalmente, Eliane Robert Moraes mostra através da análise do conteúdo mítico, que desvenda na imagem feminina apresentada pela música popular urbana, como — através da polarização entre mãe e puta — são exorcizados os poderes reconhecidos às mulheres.